

CAPOEIRA



REVISTA DE HUMANIDADES E LETRAS

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.  
Dra Juliana Barreto Farias.

Site/contato

<https://revistas.unilab.edu.br/>

Email: [leyva@unilab.edu.br](mailto:leyva@unilab.edu.br)

Email: [julianafarias@unilab.edu.br](mailto:julianafarias@unilab.edu.br)

## História da Cooperação Educacional entre Angola, Brasil e CPLP de 1975 a 2008: relevância do Ensino da História

Rebeca Helena André<sup>1</sup>

### Resumo

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e a relação entre os dois países é marcada por fortes laços históricos e culturais. O presente artigo constitui uma revisão de alguns resultados empíricos sobre as múltiplas ações desenvolvidas nas áreas da educação e ensino entre o governo brasileiro e angolano, na visão da CPLP. Procurar-se-á apresentar uma síntese sobre as finalidades, os conteúdos e as estratégias da cooperação em educação e ensino entre ambos os países, em particular, nos domínios do ensino de História. Os resultados a apresentar terão por referência os documentos oficiais (Acordos de Cooperação, Actas, Ajustes Complementar ao Acordo de Cooperação, Memorando de Entendimento e Programas Executivo de Cooperação) assinados pelos ministros da educação de Angola e Brasil, e membros da CPLP. Recorrer-se-á à análise documental, de conteúdo e comparativa entre os diferentes instrumentos diplomáticos, firmados entre Angola e Brasil, com a finalidade de se avaliar a coerência e eficácia dos acordos bilaterais e decisões adoptadas no quadro da CPLP. O resultado alcançado expõe acordos entre os dois países e da CPLP, que propiciaram princípios reformistas para a construção de conteúdos históricos no ensino da história em Angola.

**Palavras-chave:** Cooperação Educacional, Ensino de História, Angola, Brasil e CPLP.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), investigadora do Citcem/FLUP e do Ceaup. [rebecahelena1@yahoo.com.br](mailto:rebecahelena1@yahoo.com.br)

## History of Educational Cooperation between Angola, Brazil and CPLP from 1975 to 2008: relevance of History Teaching

### Abstract

Brazil was the first country to recognise Angola's Independence. Their relation is marked by deep cultural and historical ties. The current disclosure is a review of some empirical results on the multiple actions developed in education and teaching sectors between the Brazilian and Angolan governments in the view of the *CPLP* (acronym for Community of Portuguese Speaking Countries). The aim is to present a summary about the aims, contents, and strategies of cooperation in education and teaching between the two countries, particularly in the field of history teaching. The results to be presented will be based on official records (Cooperation Agreements, Minutes, Adjustments to the Cooperation Agreement, Memorandum of Understanding, and Executive Cooperation Programmes) signed by the ministers of Education of Angola and Brazil, and members of the Community of the Portuguese Speaking Countries (*CPLP*). Documentary, content, and comparative analysis of the different diplomatic instruments signed between Angola and Brazil will be used to assess the coherence and effectiveness of the bilateral agreements and decisions adopted within the framework of the Portuguese Speaking Community (*CPLPL*). The results show that the agreements between the two countries and *CPLP* have provided reformist principles for the construction of historical contents in the teaching of history in Angola. Axis: Experiences and Stories of Educational Cooperation: Teaching, Research and Extension

**Keywords:** Educational Cooperation, History Teaching, Angola, Brazil and CPLP.

### Introdução

A população de Angola é constituída por uma multietnicidade, multiculturalidade e múltiplas línguas, na sua maioria banta. A abertura ao Atlântico conheceu o ponto alto entre os séculos XVII e XIX, quando foram observados enormes grupos de africanos/angolanos idos para o continente americano, particularmente ao Brasil. Uma elite criada em Benguela com fortes influências no Brasil (com origem portuguesa) almejava a independência de Angola (incorporando alguns nativos), em que teriam autonomia nos vários domínios (político, económico e social) do país. No seu todo fica o Brasil incorporado com populações vindas de Angola, trata-se de povos africanos habitantes do antigo território que hoje é Angola. Esses povos têm enraizado os seus

costumes e hábitos nativos que caracterizam parte da população brasileira até os dias de hoje.

A independência de Angola foi proclamada em 1975 tendo-se implementado dois anos depois nova política educativa. Passados três décadas, o país conheceu duas reformas educativas. A lei-base 13/01 de 31 de Dezembro, foi um instrumento legal com uma ampla dimensão reformista alinhado aos planos de desenvolvimento da educação de Angola. Destaca-se o Plano Nacional de Educação para Todos, inserido num programa de reforma da educação que culminou com reforma curricular em 2004. Um dos objectivos destas reformas foi alterar os programas de ensino, incluindo a de História no ensino primário e secundário, instalando-se factores de debates renhidos na sociedade angolana sobre necessidade da qualidade de ensino-aprendizagem.

Ao longo destes períodos o governo de Angola encetou acções diplomática com vários países do mundo a destacar os países da CPLP, com particular relevância o Brasil. A cooperação de Angola com o Brasil constitui o objecto de estudo deste artigo. Os factos históricos desenrolados no grande oceano atlântico ao longo de vários anos determinaram a ligação histórica entre os dois povos e deve ser constituído ensino nas novas gerações de modo, a preservar a herança histórica entre os dois países. O sistema de cooperação educacional é uma das principais variáveis neste estudo, e o ensino da história na sua vasta dimensão educacional. A cooperação diplomática e educacional entre Angola e Brasil e o reforço da cooperação no âmbito da CPLP contribuíram para a integração de conteúdos de História nos planos curriculares; mas o percurso exige estudos que evidenciem e produzam uma consciência histórica para a formação do cidadão contemporâneo.

O artigo dividido em quatro pontos fundamentais compõe História da Cooperação Educacional entre Angola, Brasil e CPLP e a relevância do Ensino da História no período compreendido entre 1975, após a proclamação da independência de Angola, e até 2008, fim da segunda República de Angola. O ponto 1 aborda Angola, da abertura atlântica aos desafios da educação, busca realçar as diferentes migrações que deram lugar a diferentes grupos étnico-linguístico das populações de Angola; e a dispersão destes ao continente americano particularmente no Brasil. Procura-se perceber o cordão que liga dois povos da sua história - a escravatura transatlântica e os hábitos e costumes africanos.

O ponto 2 analisa a cooperação da Educação entre Angola e Brasil no quadro da CPLP, e a relevância no ensino da História; faz um histórico da cooperação educacional entre Angola e Brasil desde a proclamação da independência de Angola até o ano de 2005, no

quadro da CPLP. Antes faz uma incursão das realizações do campo diplomático educacional entre os dois países com especificidade nas matérias de ensino de História de diferentes níveis de ensino, delimitados no período de 1975 a 2007.

O ponto 3 faz uma análise na produção de conteúdos programáticos do Ensino de História a partir das deliberações que constituíram acordos de cooperação, e deram lugar a reforma educativa em Angola com apoios de especialistas brasileiros de instituições de educação. Indica a disposição de conteúdos de Ensino de História que retratam o mundo atlântico, e ligações de factos históricos entre Angola e Brasil em diferentes planos de estudos de ensino primário e secundário.

O ponto 4 indica os factos que determinaram os actos protocolares entre Angola e o Brasil, e as conferências de ministros da educação da CPLP nas datas e locais onde tiveram lugar. Estes acontecimentos apresentados de forma cronológica permitem aos estudiosos à reflexão sobre importância atribuída no ensino de História, por parte dos governos de dois países, nos intercâmbios estabelecidos para o efeito.

### **1 - Angola, da abertura atlântica aos desafios da educação.**

Os Bantu, povos africanos, empreenderam uma das maiores migrações da História; partindo da região ocidental de África entraram no território de Angola. Ao permanecer em Angola afirmaram-se e constituíram grupos étnicos (Bakongo, Ambundo, Lunda, Kioko, N'yaneka, Nganguela, Herero kwangare, Ovimbundo). Cada um destes grupos entraram á Angola num período que começou do século XIII com os bacongos no norte de Angola, e termina no século XIX, com os kwangare no sudeste de Angola.

A nova era de relações com o mundo atlântico começava quando no século XV Nzinga Nkuvu soberano do reino de kongo protagonizava conversações com os portugueses na actual província do Zaire (antiga capital do reino). Das relações, incorporaram-se outros povos que também se situavam junto ao oceano atlântico, tal como o Brasil no séc. XVII. Em 1641 os Holandeses conquistaram a capital colonial de Angola (Luanda), e permitiu que os portugueses se estabelecessem em Massangano. Num ambiente de concorrência da presença estrangeira em território Angola, depois de sete anos, uma expedição enviada do Brasil e comandada por Salvador Correia reconquistou a capital; dando o regresso dos portugueses as suas habitações anteriores. Esta situação levou a contínua operação de tráfico de escravos de Angola ao Brasil. O passado histórico de Angola circunscreve-se desde os primeiros momentos por escravatura transatlântica, que desempenhou um papel

de relevo no actual intercâmbio entre os povos, especificamente com os do Brasil, antiga colónia portuguesa.

Segundo Marc Ferro, o “destino das vítimas do tráfico atlântico convida naturalmente a indagar das suas reacções, uma vez chegadas à América. (...) As fugas ou passagens à clandestinidade até poderiam resultar em regiões tropicais pouco povoadas, como havia no Brasil (...). Na maior parte destas colónias, as festas constituíam o quadro institucional da sobrevivência dos cantares, danças e outras manifestações musicais de África. (...) esses conservaram melhor a sua herança africana (...) (FERRO, 2007:154-155)

O marco da identidade cultural das populações de Angola cruza com a de algumas populações do Brasil. Um destes marcos foi herdado pela potência colonial portuguesa que no passado colonizou Angola e o Brasil, e hoje constitui a base da identidade - a língua oficial<sup>2</sup> em ambos os países. Ferro, afirma que “escusado é dizer que certas interpretações da História, (...) fazem perdurar os ressentimentos” (Ferro, p. 193). Mas, “a História soube dar provas de virtudes terapêuticas, desde que não esteja associada à política dos Estados. (...) Estes casos provam a necessidade de uma abordagem aturada da história social ou política (idem, p. 194) que deve ser solucionado com ensino de História, cujos conteúdos devem ser transversais à educação histórica.

Conquistada a independência de Angola, ao 11 de Novembro de 1975, o governo liderado pelo Dr. António Agostinho Neto, enfrentava tarefas muito urgentes para com o país e seu povo. Os desafios abrangiam o domínio político, económico, social e cultural. No domínio político a cooperação constituía uma prioridade para integrar o país aberto as boas relações diplomáticas; e no social, a educação desempenhava um papel de extrema importância, já que cerca de 85% da população era analfabeta.

No Angola 2025, os objectivos estratégicos para promover o desenvolvimento humano e educacional do povo angolano passa entre outros: “promover currículos e metodologias de ensino e aprendizagem, em todos os graus de ensino, adaptados às necessidades específicas de Angola” (ANGOLA 2025, 2007: VIII-26). Todavia, o – PNUD (2004-2006), ressalta que Angola evidenciava um rácio de 0.38 no que se refere ao índice da educação, e que este valor é dos mais reduzidos ao nível do mundo. Atentando a média verificada nos agregados da África Subsariana e de Países em Desenvolvimento com índice em 0.56 e 0.70. (ANDRÉ, 2015) Angola enquanto país com índice alto de

---

<sup>2</sup> No Brasil a língua oficial é português brasileiro, enquanto em Angola é o português de Portugal sem o novo acordo.

crescimento populacional tem ainda um caminho a percorrer para a criação de condições do normal funcionamento da educação.

Promover o desenvolvimento humano e educacional do povo angolano, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos, é uma estratégia de longo prazo para Angola 2025; cujo desafios constitui, hoje, um alinhamento aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Enquadrado na agenda 2030, os novos desafios na educação visa “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ANGOLA, 2018:55); onde a educação histórica actua para salvaguardar e preservar a cultura dos povos. A abertura atlântica para as populações de Angola e Brasil constitui o começo de uma história comum com valor cultural desafiador; imbuído num Ensino de História permanente capaz de contribuir para a redução da pobreza educacional.

## **II. Ensino de História nas relações de cooperação entre Angola, Brasil e CPLP**

Após a independência, o Estado angolano estabeleceu profundas alterações da sua organização; em 1980 começam as relações de cooperação, no domínio da educação com o Brasil. O Acordo de 1982 refere que os dois governos promoveram a cooperação nos domínios da educação e da ciência, concedendo bolsas de estudos, intercâmbios de investigadores e especialistas (escritores, historiadores, artistas, professores e outros), e a cooperação entre universidades (instituições do ensino superior, museus, bibliotecas, instituições científicas e outros). Promoveram ainda a transmissão, em publicações de divulgação ou de carácter científico, dos conhecimentos históricos, dos valores culturais na base da documentação trocada para o efeito. Do mesmo modo, formularam programas de intercâmbio cultural e educacional (ACORDO, 1982: ANDRÉ, 2010).

Angola e o Brasil em 1981 estabeleceram programas de trabalho no domínio das ciências humanas e sociais, e promoveram estudos em diversas áreas fundamentalmente, laços de identidade, línguas, multiculturalidade e tecnologia, promovendo a participação de cientistas e pesquisadores dos dois países (Idem). O programa de cooperação entre Angola e o Brasil não se limitou apenas nas áreas de ensino de História, também alargou as suas relações diplomáticas nas matérias de apoio ao ensino de um modo geral, e no ensino da História no particular. Materializaram-se acordos no domínio da ciência e tecnologias, da concessão de bolsas de estudos e no fortalecimento do ensino da ciência nas redes públicas de ensino de base, médio e superior (ANDRÉ, 2010).

As acções diplomáticas do governo angolano no quadro das nações tomam outro rumo, verifica-se abertura e flexibilidade por parte das relações diplomáticas, políticas, económica, social e cultural entre Angola e outros países do mundo entre os quais os de língua oficial portuguesa. Os primeiros sinais começaram nas realizações das primeiras eleições justas e democráticas realizadas em 1992. Na Segunda República de Angola (1992-2008), o Estado angolano multiplicou a participação em fóruns onde eram abordadas questões sobre a educação, tanto por meio de protocolos diplomáticos, como em reuniões da CPLP (ANDRÉ, 2015).

Em 1996 dois acontecimentos marcam a História em Angola: a última revisão e lançamento dos programas escolares do ensino primário e secundário e a criação da cimeira constitutiva dos chefes de Estado e do governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – C.P.L.P. Esta comunidade teve lugar, em Lisboa, 17 de Julho de 1996, com o objectivo de garantir e consolidar no plano externo, laços de amizade através do passado histórico-cultural comum e consolidados na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico. Participaram seis países lusófonos entre Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal.

André, realça que a CPLP constitui uma organização que dando cumprimento aos seus objetivos pode desempenhar no campo da educação um papel fundamental para as estratégias da educação histórica dos seus povos. Na sua análise, reafirma que “atuando como uma organização de avanço na política educativa junto dos países de língua oficial portuguesa deve servir de laboratório nas questões pertinentes da educação dos países membros. O respeito pelos princípios dos Direitos Humanos norteiam o respeito pela diversidade cultural dos povos, respeito pela diferença, respeito pela justiça e daí os indicadores dos aspetos culturais de cada um dos países pela cultura de paz, democracia e justiça social. Porém, a identidade e respeito pelos direitos humanos e género são entre outros, alguns dos princípios que deve direccionar a estratégia educacional no contexto de unidade entre os países da Comunidade (ANDRÉ, 2015).

No plano de execução, a C.P.L.P. tem inúmeras acções permanentes a traçar e alcançar no sector da educação, considerando como um sector prioritário. A educação desempenha um papel fundamental para o progresso das pessoas garantindo o desenvolvimento das sociedades na paz, democracia e justiça social. Este desenvolvimento só é garantido quando estrategicamente bem partilhado e traçado pelos governos proporcionando uma

boa formação do indivíduo capaz de servir positivamente na transformação do meio em que vive para o bem-estar de todos.

A C.P.L.P. realiza em 1997, a Conferência dos Ministros da Educação, e Angola participa com então Ministro da Educação Senhor António Burity da Silva. Uma das questões principais que esta conferência se debatia, relacionava-se com os sistemas educativos; dando lugar a consolidação de uma política de cooperação no sector com o sistema de educação e ensino mais abertos ao espírito de uma educação intercultural e pessoal. Segundo André (2015) a “Declaração decorrente desta Conferência contemplava [...] o serviço de uma educação para todos e ao lançamento de iniciativas comuns que favoreçam a cooperação [...], a compreensão da sociedade e do mundo [...], bem como para a concretização do pluralismo, da autonomia e da responsabilidade, factores essenciais para a cidadania e para a vida democrática (CPLP, 1997: ANDRÉ, 2015) Estas matérias constituem temáticas essenciais para o ensino da História uma vez que a formação de um homem novo prende-se pelos princípios de educação que o país define em benefício da formação da cidadania consciente.

Esta estratégia de formação traçada pela conferência dos ministros da educação da C.P.L.P. assenta numa responsabilidade de criação de programas locais com enfoque no ensino da História cultural local e regional. Observa-se uma chamada de questões pluridisciplinar da ciência histórica com um posicionamento de análise geográfico e linguístico.

O estudo sobre programas abertos torna-se preocupação das estruturas responsável do Ministério da Educação de Angola. Também a partir deste momento verifica-se algumas revisões aos programas de ensino. Estas revisões acabaram por ser enquadradas nos preparativos da reforma educativa de 2001, assentes nas Lei de Bases nº 13/01 do sistema educativo angolano.<sup>3</sup>No Brasil estas temáticas constituíram prioridades nos currículos de ensino, sendo que “a Lei 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira em todos os níveis da educação básica do país (Carvalho, 2019). Completando o estabelecimento pela lei, o Parecer 3/2004 informa que esse procedimento legal “procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de acções afirmativas, isto é, de

---

<sup>3</sup>- Angola. Assembleia Nacional, *Lei de bases do sistema de educação nº13/01 de 31 de Dezembro*, Assembleia Nacional, Luanda 2001;



políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade” (Parecer CNE, 2004:2; CARRETERO, 2007:33).

Na resolução de Maputo da IIIª reunião dos ministros da cultura da C.P.L.P. realizada a 28 e 29 de Abril de 2004 resolveram no âmbito da cultura e educação “Reconhecer o carácter transversal da cultura e da arte, pugnando pelo reforço da ligação entre cultura e educação, designadamente através da troca de experiências entre os estados membros nesta matéria. Há necessidade de se desenvolver esforços no sentido de ser dada maior ênfase nos currículos escolares e as actividades extracurriculares á cultura e as artes, bem como ao conhecimento da diversidade cultural no seio da C.P.L.P.’”.

A persistência da CPLP na abordagem relacionada a História e Arte na região da CPLP prossegue verificar ao nível dos programas de História do I ciclo do Ensino Secundário; acentuadamente aberto e transparente ao ensino da História local e regional da CPLP. Torna-se necessário identificar a diversidade cultural entre os povos de Angola e suas relações com outros povos, evidenciando a ligação e união destes na língua oficial portuguesa. Fruto da reforma educativa produziu-se a oferta formativa na área de Artes Visuais, no IIº ciclo do ensino secundário tendo sido admitido o ensino da disciplina de História das Artes.

Na terceira conferência dos ministros da educação da CPLP sublinhou-se “importância de que fossem observados princípios relacionados com a cultura de paz, salvaguarda da identidade e respeito pelos direitos humanos; incluir aspetos da cultura de cada um dos países” (CPLP, 2000: ANDRÉ, 2015). A relevância do ensino da História, mobilizado nas Conferência realizadas até 2009, promoveu a concretização de dois encontros de especialistas da área da História da CPLP em 2006 e 2008. (CPLP-Portugal, 2008: ANDRÉ, 2015). Todavia, o reduzido número de decisões relativas as questões sobre o ensino de História, apresentados nas seis conferências de ministros da educação da CPLP, coloca Angola numa posição em que as questões da educação histórica não constituem uma prioridade assumida pelo governo. Essa particularidade abre precedentes para uma sociedade sem valor de respeito e educação para as novas gerações.

Ao longo desse período (1975-2010), o apoio da cooperação educacional em Angola esteve distante de aproximar Angola aos índices da educação, e substancialmente ao de desenvolvimento humano em comparação com os países da região de África Austral e de língua portuguesa. Este cenário tem muito a ver com o desenvolvimento da educação no geral e ensino de História no particular, para de forma sistémica aplicar de forma prioritária/inclusiva à promoção da educação histórica na sociedade.

### III. Análise na produção de conteúdos programáticos do Ensino de História

A disciplina de História de Angola não era ensinada nos programas escolares da então província de Angola, enquanto colónia de Portugal. Os alunos (crianças e jovens) aprendiam nas escolas a História de Portugal. O governo colonial português nos anos 60 começou a formar professores no seio das populações indígenas dando o surgimento de um corpo docente nas escolas pública do ensino básico, com o grau de professor do posto. Esta estratégia de preparar a população indígena para alargar o corpo docente na colónia de Angola teve o objectivo de responder as Nações Unidas sobre a transparência de melhorar o nível educacional dessa população, e inculcir a portugalidade nestas populações aculturando-os.

Após a independência de Angola (11 de Novembro de 1975), o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a sua independência e até ao momento tem privilegiado as relações entre os dois governos e povos. Aos pormenores, o sistema de educação de Angola começou a destacar-se por uma ideologia marxista-leninista muito acentuada no ensino de História, modus operandi inicialmente no ensino primário e secundário. Verificavam-se que este cenário educacional se abordava com maior relevância no ensino médio e universitário; com o carácter obrigatório da disciplina do Materialismo Histórico. Como exemplo pode ser observado nos conteúdos programáticos da formação de professores de História. O modelo de Estado que Angola seguia adoptada consequentemente pela igual política de ensino traçado nos seus currículos, tinha como objectivo a construção de um homem novo e uma nova sociedade, a socialista.

Segundo estudos realizados das fontes documentais, a que tivemos acesso, a partir dos anos 90, o governo começou a preocupar-se com os ciclos de seminários metodológicos de forma a adequar os professores ao novo modelo de ensino nas escolas. Do Iº nível ao ensino Pré-Universitário e Ensino Médio lecionava-se a disciplina de História.<sup>4</sup> Estes níveis de Ensino que corresponde o Ensino primário e secundário não tiveram apoio de professores brasileiros que leccionassem as diferentes disciplinas por meio da cooperação com o governo brasileiro.

---

<sup>4</sup> Nota: O Iº nível começava da pré a 4ª classe; o IIº nível compreendia a 5ª e 6ª classes, o IIIº nível estavam a 7ª e 8ª classes e o pré-universitário nos primeiros anos durava apenas quatro semestre com três áreas: Ciências Física, Ciências Biológicas e Ciências Sociais. Mais tarde estendeu-se para três anos, 1º, 2º e 3º anos lectivos divididos em dois cursos, o de ciências sociais e o de ciências exactas.

A mais de duas décadas da proclamação da independência de Angola, o ensino de História apresentava três vertentes: a História da escravatura nas sociedades africanas (ao longo de território de Angola), a História colonial de Angola; com itens que apontava o percurso da luta à consolidação da independência. Assim como a História Universal apoiada com ideologia Marxista-leninista. Os conteúdos da História da escravatura em Angola, apresentam um percurso de factos em que as populações foram levadas para o continente americano, com maior incidência para o Brasil. Os factos históricos mostram que na luta de libertação do colonialismo português surgiram vozes na sociedade brasileira que defendiam uma Angola não colonizada pelos portugueses.

Na História Universal a ideologia Marxista-leninista era notória na transmissão desses conhecimentos as crianças, jovens e adultos no ensino da História. Note-se que no Iº nível o ensino de História era caracterizado pela História de Angola e identificada pela formação da nação angolana, o seu passado e presente para construção da unidade nacional. O respeito pelas instituições, património e tradições culturais e históricas do país, associando o sentimento do amor a pátria e aos símbolos da nação até as conquistas da independência numa perspectiva não sistemática mais fechada numa só classe (ANDRÉ, 2010). No IIº nível, a continuidade da História de Angola alarga-se em realçar o seu passado com destaque no ensino dos primeiros habitantes do território angolano, os povos khoi-saan e por outro lado a migração dos povos bantu. Ainda se faz referência ao passado colonial a partir da expansão marítima portuguesa até a independência de Angola. Ao longo de todo o período até a primeira reforma do sistema de ensino, concretamente de 1978 a 2004 a construção de programas do ensino da História foi sofrendo algumas alterações por meio de revisões efectuadas pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação – I.N.I.D.E. A reformulação do ensino acompanhou as tendências e práticas do ensino em Angola cuja responsabilidades recaia ao INIDE<sup>5</sup> (ANDRÉ, 2010). O estudo da conquista da independência de Angola constante no referido programa de História constituía a maneira recente de estudar a História presente. Com relevância significativa, “o conhecimento da história de África contribui para a formação e fortalecimento da identidade nacional, regional, continental, com destaque para os valores universais referentes aos processos histórico-culturais, a participação na

---

<sup>5</sup> INIDE, órgão dependente do Ministério da Educação, dotado de personalidade jurídica e autonomia financeira, a quem compete a Investigação Pedagógica, Estudos e Elaboração de Currículos, Programas, Manuais e outros materiais pedagógicos que permitam a realização e o aperfeiçoamento permanente do processo docente educativo.

construção de uma consciência cívica que contribua ao exercício da cidadania em contexto das sociedades democráticas e interculturais” (COSTA e CUPATA, 2021:161).

No IIIº nível era específico o estudo da História universal sem, contudo, se verificar um enquadramento comparativo da História de Angola. O ensino pré-universitário com três classes<sup>6</sup> o ensino da História era estudado no curso de ciências sociais. Os estudos começavam com a Europa no século XIX até a grande depressão dos anos 30. A História de África e regional (África Austral), as duas guerras mundiais e como consequências o início do processo da descolonização na Ásia e África formam os conteúdos das disciplinas no 2º ano. A História de Angola regressa no 3º ano, começando com a evolução política das fronteiras de Angola a partir dos anos de 1885 nas vésperas da Conferencia de Berlim, a política do Estado Novo e de seguida a luta de libertação nacional ao papel de Angola na Organização das Nações Unidas – ONU, Organização da Unidade Africana – O.U.A e Comunidade dos Países da África Austral – S.A.D.C. O ensino de História começa a viver momentos de balanço o que construía jovens e homens ideologicamente com uma visão política social conservando as vantagens da convivência num mundo que se previa sem exploração do homem pelo homem.

De uma viragem política, o Mundo conhecia novos acontecimentos com o desmoronamento do sistema socialista. Eram as reformas políticas, económicas e sociais protagonizadas pelo então presidente da União das Repúblicas Socialista Soviética – URSS, Mikhail Gorbachev. Angola viu-se na necessidade de acompanhar as mudanças operadas no país aderindo a reformas políticas, económica e sociais do país para o sistema multipartidário.

No domínio social o sector da educação registava alterações com profundas reformas curriculares (2004) envolvendo também o ensino de História. São elaborados novos programas de História, manuais, guias metodológicos e outros instrumentos para o apoio do ensino da História. Na programação dos conteúdos da 10ª classe do IIº ciclo do ensino secundário consta o IV tema da disciplina de História ‘‘A abertura ao Atlântico: Impacto inicial. Aqui trata-se do início do tráfico de escravos, sublinhando as relações entre o reino do kongo e os portugueses, destaca o papel dos colonos portugueses em São Tomé e Príncipe como ponte para o continente americano concretamente o Brasil e o seu papel nas relações do percurso com Angola e vice-versa.

---

<sup>6</sup> Inicialmente, estudava-se a 10ª e 11ª reformulou-se para 10ª, 11ª e 12ª classe.

A unidade temática IV sobre A abertura ao Atlântico: Impacto inicial tem continuidade no I tema da 11ª classe que aborda o Impacto da independência do Brasil (1822 – 1825) na colônia de Angola. Os conteúdos abordam as relações comerciais que existia entre Portugueses e Brasileiros em Angola concretamente em Benguela. A independência do Brasil veio agudizar as contradições entre os comerciantes portugueses e brasileiros e como consequência trouxe rivalidades políticas entre a potência portuguesa e o governo brasileiro. Por esse motivo causou uma grande destruição das correntes independentistas de Angola sobretudo na província de Benguela. Note-se que esses conteúdos se apresentam insuficientes para uma produção do ensino da História e da História do mundo atlântico para a educação histórica de jovens em Angola.

#### **IV - Intercâmbio do ensino de História entre Angola, Brasil e CPLP.**

Dos sessenta e sete protocolos de cooperação do domínio da educação entre Angola e o Brasil de 1980 a 2007 foram acordadas estratégias da política educativa no interesse dos dois países; tendo sido selecionados oito decisões voltadas a reforma curricular com formação e capacitação de docentes. Todavia foi notório perceber a visão destas acções diplomáticas especificando o campo da cultura e História, cujo foco apreendeu-se ao ensino da História e aos arquivos histórico. Tais matérias da referida cooperação estão expostas no quadro abaixo:

1 - Principais protocolos de cooperação da educação entre Angola e Brasil no intercâmbio do ensino de História.			
ANO	LOCAL	Tipo de Protocolo	Descrição de protocolos
1980	Luanda	Acordo de cooperação cultural e científica	Promover a cooperação nos domínios da educação e da ciência: concessão de bolsas de estudos; intercâmbios de investigadores e especialistas: escritores, historiadores, artistas, professores etc; cooperação entre (...), instituições do ensino superior, (...); transmitir em publicações de divulgação ou de carácter científico os conhecimentos históricos, dos valores culturais (...); formular programas de intercâmbio cultural e educacional.
1982	Brasília	Acordo de cooperação cultural e científica	Promover o intercâmbio com professores do ensino superior; concessão de bolsas de estudos a nacionais (...); intercâmbio de investigadores e especialistas;
1989	Luanda	Acta Final da IV Sessão da Comissão Mista Angola-Brasil	Dar (...) formação de recursos humanos para o ensino básico, médio técnico e superior em Angola ou no Brasil com a assistência técnica brasileira nas áreas (...), Planificação Curricular, Supervisão Escolar, Gestão Financeira e de Biblioteca; No Ensino Superior (...) envio de docentes para ministrar aulas ao nível superior.
2003	Luanda	Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação científica e tecnológica (PROÁFRICA)	(...) promover a participação de cientistas e pesquisadores dos dois países. O programa tinha o objectivo de contribuir para a elevação da capacidade científico-tecnológica dos dois países; em Ciências Humanas e Sociais em especial promoveram estudos sobre (...) religiosidade, laços de Identidade, Línguas e Multiculturalidade; (...). (...) incentivar a participação de nacionais angolanos em cursos de pós-graduação por meio de concessão de bolsas.
2003	Luanda	Programa Executivo de Cooperação Cultural	Acordaram conceber um programa de pesquisa e formação de quadros, de capacitação e de requalificação de pessoal nos níveis técnicos e artístico nas áreas da cultura; promover intercâmbio de especialistas e formadores e prestação de assistência técnica que permita o desenvolvimento de aspectos específicos do plano de formação, no sector da cultura.
2003	Luanda	Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica p/ apoiar o desenvolvimento «Escola Para Todos» (2004-2007)	(...) aprimoramento da formação inicial de professores (...) do ensino primário e dos cursos secundários de formação de docentes; analisar ambas experiências nacionais em reforma curricular, (...)
2005	Brasília	Acta Final da VI Sessão da Comissão Bilateral Angola-Brasil	(...) formação e capacitação de técnicos e gestores do Ministério da Cultura de Angola; cooperação na área de arquivo histórico, (...) cooperar para formação de docentes (...) cooperação técnica, nas áreas de apoio à gestão da reforma educativa e de reestruturação do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE)
2007	Luanda	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica p/ implementação do projecto «Capacitação de Propostas de Reforma Curricular»	Ajustam implementar o referido projecto com finalidade de capacitar técnicos em educação de Angola para a análise e aprofundamento da proposta curricular implementada no país;

Fontes: Própria.

As seis conferências realizadas no âmbito da CPLP entre 1997 e 2005 foram visadas estratégias da política educativa, sendo trinta e oito decisões voltadas às questões gerais da educação entre os quais, oito eram decisões sobre a História na educação orientadas às questões na área de História. Para melhor compreensão apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro 2 CPLP e as decisões estratégicas da política educativa na área de História, entre 1997 e 2005

Conferências da CPLP	Ano	Local	Nº das Decisões sobre a História na educação	Indicadores para o Ensino de História
I	1997	Lisboa	1	Educação intercultural e pessoal
II	1998	Brasília	1	Diretrizes curriculares para as áreas de Literatura e História
III	2000	S. Tomé	3	Ensino da Literatura e da História
IV	2001	Maputo	1	Divulgação e integração de conteúdos de História nos currículos
V	2004	Fortaleza/Brasil	1	Ensino de História e Literatura
VI	2005	Lisboa	1	Instituído Prémio CPLP da História

Fontes: ANDRÉ, 2015:138.

Como pode-se depreender e pelos quadros acima apresentados os planos de estudos da disciplina de História passou por várias “alterações (...) possivelmente influenciadas pelo

movimento de cooperação educacional desenvolvido entre Angola e o Brasil e, a CPLP. Note-se que, as decisões específicas da cooperação educacional observadas nos protocolos acima estão alinhados ao ensino de História com especificidades às diretrizes curriculares para as áreas de História, à educação intercultural e pessoal, à publicações de conhecimentos históricos, dos valores culturais, e à promoção de laços de identidade entre os dois países. Esses interesses educacionais estão mais que evidentes embora com pouca frequência comparativamente às da educação no geral, que Angola e Brasil partilham encontrar soluções da formação do homem novo a partir do ensino de História e da educação histórica que une os dois povos.

### **Considerações finais**

O clima sociopolítico vivenciada pelas populações de Angola e Brasil no passado histórico recente da escravatura, tornaram este conhecimento o ponto de partida para que as populações de dois países reconhecessem o papel do mundo atlântico para a História de cada país. Os cenários da história da escravatura remetem as populações de dois países a uma ligação indissociável da sua história.

Do estudo realizado constata-se que a abertura ao atlântico abriu premissas para uma agenda de relações entre populações e governos de Angola e Brasil. As marcas de desrespeito pelos direitos humanos das populações angolanas idas para o Brasil constituíram sementes de um sentimento histórico duro e longo que une dois países. O processo de investigação histórica educacional deve alertar os governos e as populações desses países têm na educação a missão de conhecer o seu passado histórico, eliminando o ressentimento da História a partir do processo de ensino-aprendizagem da História. Mac Ferro chamou “a vontade de apagar estes sobressaltos e estes excessos soube, no entanto, obter magníficas vitórias (FERRO, 2009:195). Ferro, ilustra bem como o passado histórico deve potenciar o presente histórico para uma convivência de paz e de união entre os homens. Cabe aos cientistas da educação e da educação histórica, a pesquisa de factos históricos relevantes dos países para a construção de conhecimentos que elevam o pensamento histórico das populações. Afirma o teórico da educação, Bruner, “formar alguém nestas disciplinas não é fazê-lo memorizar (...). É, sim, ensiná-lo a participar no processo que torna possível o estabelecimento do conhecimento. Ensinamos um tema não para produzir pequenas bibliotecas vivas sobre esse tema, mas sim para levar um estudante a pensar (...) por si próprio, para considerar as questões como um historiador, para tomar parte no processo de aquisição de conhecimentos” BRUNER (1999:96).

A educação história no sentido mais abrangente inclui outras disciplinas é o caso da Literatura. A História e a Literatura são contempladas nas áreas específicas do ensino da História porque para ensinar a Literatura o mais adequado será contemplar a História dos factos, e para ensinar História são necessários os textos escritos, ou seja, a narração dos factos (ANDRÉ, 2015). Com todas as complexidades que o ensino da História exige, “o saber é um processo, não um produto” (idem, Bruner, 1999).

Os diversos protocolos de cooperação realizados entre Angola e o Brasil apresentam um quadro das disposições diplomáticas do ensino de História muito reduzido que pouco ou nada desencoraja a vontade de dois governos em valorizar a história de seus países permanentemente ligados por laços culturais com acções concretas por via da diplomacia. A contínua dinâmica destes processos diplomáticos da educação é presente nas seis conferências de ministros da educação da CPLP que foram contempladas trinta e oito decisões que abrangem a educação, sendo que oito foram específicas ao ensino da História (ANDRÉ, 2015).

Em várias conferências realizadas pela CPLP, entre os quais participa o Brasil, os participantes “vêm-se incumbidos da identificação de problemas, tal como da resolução e da aplicação de medidas estruturalmente científicas sobre a educação e cultura dos países (idem). A intervenção no âmbito destas medidas concretiza-se com actualização dos currículos de diferentes disciplinas e nos programas curriculares, na formação inicial e contínua de professores de História.

O reduzido número de decisões relativas as questões sobre o ensino de História apresentados nas seis conferências de ministros da educação da CPLP e nos oito acordos de cooperação entre os dois países que orienta o ensino de história, coloca a sociedade angolana numa posição em que as questões da educação histórica numa visão da educação para cidadania não constituem uma prioridade assumida pelo governo e suas instituições. Urge que, acções concretas de ensino para educação histórica sejam desenvolvidas para impactar a sociedade e “contribuir para a construção de sociedades prósperas nas relações humanas, cujas finalidades destinam-se ao desenvolvimento dos países e bem-estar das pessoas” (ANDRÉ, 2015).

Todo o curso de ações diplomáticas entre Angola e Brasil promoveram os laços de relações de amizade e trabalho que possibilitou a formação de quadros em diversos sectores da educação, e especificamente no preenchimento de vagas de docentes para o ensino da História. Estas relações até então produziram insuficientes resultados visíveis



sendo que esta realidade remete a adopção de melhores estratégia de intervenção no ensino das disciplinas escolares, particularmente de História.

### Referências bibliográficas

- ANDRÉ, Rebeca Helena (2015). “O ensino da História em Angola entre 1960-2012: evolução, formação de professores e cooperação internacional”, (Tese de Doutoramento em História. Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

\_\_\_\_\_ (2010). “Ensino de História em Angola: Balanço (1975 – 2009) e Prospectiva”, (Dissertação de Mestrado em História e Educação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

- ANGOLA, República de (2007). Angola 2025. Angola um país com futuro. Sustentabilidade Equidade Modernidade. Estratégia de Desenvolvimento a longo Prazo para Angola (2025). Ministério do Planeamento, Janeiro, 2007.

- ANGOLA. Assembleia Nacional, Lei de bases do sistema de educação nº13/01 de 31 de Dezembro, Assembleia Nacional, Luanda 2001;

- ANGOLA, Governo de (2018). Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 – 2020. Vol I. Abril 2018. República de Angola;

- ACORDO de Cooperação Cultural e Científica (1982) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Ministério das Relações Exteriores (MIREX). 11 de Fevereiro de 1982; Brasília;

- AJUSTE Complementar (2007) ao Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Federativa do Brasil para implementação do projecto “Escola de Todos”. 18 de Outubro de 2007. Luanda;

- BRUNER, Jerome S. (1999), Para Uma Teoria da Educação, Relógio D’Água Editores, Lisboa;

- CARVALHO, L. (2019), Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003 e o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Acesso em 12;

- COSTA, Alex Andrade e Cupata, Jacob Lussento (2021). O Ensino de História da África no sistema educacional angolano e brasileiro: avanços e limites. Revista Africa(s) E-ISSN 2446-7375 ISSN Impresso 2318-1990 Vol. 8 | Nº. 15 | Ano 2021;

- Ferro, Marc (2009). O Ressentimento na História Compreender o nosso tempo. Uma análise original do fenómeno da violência na História. Trad. Telma Costa. Teorema, SA. Lisboa.